res de Pintos de Corte, em 1981 produziram-se 1,116 bilhão de pintos de um dia destinados à criação de frangos, enquanto que a capacidade produtiva do setor atingia cerca de 1,5 bilhão de unidades. Ainda segundo aquele órgão, a produção brasileira de carne de frango, no primeiro bimestre deste ano*, deverá ser 25,4% inferior à capacidade prevista pela União Brasileira de Avicultura, a partir de levantamentos mensais de vendas de matrizes de corte.

Na hipótese de vir a concretizar-se a previsão de crescimento de 5,3% na produção brasileira de carne de aves, até o final de 1982 o país terá produzido cerca de 1,57 milhão de t, 25,5% das quais prevê-se que venham a ser exportadas, significando uma disponibilidade para consumo interno de cerca de 1,17 milhão de t, 2,2% a menos do que no ano passado. Desta forma, a oferta interna de carnes bovina, suína e avícola, no presente ano, poderá ultrapassar as 4,54 milhões de t** (considerando-se que há estoque de carne bovina em mãos da Cobal), 3,5% a mais do que o disponível no ano passado, o que, sem dúvida, acarretará uma pressão baixista sobre seus preços, intensificada pela fase difícil por que passa a economia do país.

* Calculada com base em levantamentos mensais de vendas de pintos de corte.

** Especula-se que as exportações brasileiras de carne bovina em 1982 poderão alcançar a meta de 300 mil t em equivalente-carcaça inatingida em 1981.

Não fosse a folga esperada na oferta de milho desta safra, não haveria a menor dúvida quanto ao fato de o desenrolar dos acontecimentos nos próximos meses vir a significar a continuação dos elevados prejuízos no setor avícola. Todavia, o amadurecimento do setor de produção de carne de aves, refletido nas medidas acautelatórias que vêm sendo tomadas, a fim de se evitar uma super-oferta deste produto, faz crer que o presente ano talvez apresente resultados menos desestimulantes aos criadores do que os que foram obtidos em 1981.

CACAU

Apenas uma intervenção do estoque regulador da OIC poderá elevar as cotações

Em 1981, a situação do mercado externo de cacau permaneceu pouco favorável aos países produtores. Durante o primeiro semestre, predominou a tendência baixista que, em maior ou menor grau, tem vigorado desde 1977 (ver Gráfico 1). Tanto as sucessivas reuniões da Organização Internacional do Cacau, como as eventuais suspensões de vendas determinadas pelos principais exportadores africanos, tiveram pouca ou nenhuma repercussão no mercado.

A partir de meados do ano passado, as negociações do Acordo Internacional, ainda que evidenciando uma unidade precária entre os países exportadores, geraram expectativas mais otimistas em relação ao futuro próximo do mercado, constituindo-se em um suporte mais definido para as cotações. Em setembro, iniciaram-se as operações de compra do estoque regulador, aprovadas pela Organização Internacional do Cacau. Em menos de seis meses de intervenção, o gerente do estoque regulador foi levado a comprar 100 mil t de cacau, consumindo a totalidade dos recursos disponíveis (cerca de US$ 220 milhões). Atualmente, a Organização Internacional negocia um empréstimo bancário de US$ 75 milhões que permitirá a aquisição de outras 30 mil t. A perspectiva da concretização dessa operação configura, hoje, a principal base de sustentação das cotações internacionais.

Sem dúvida, os países membros da Organização Internacional conseguiram, em 1981, contornar divergências importantes. Em conseqüência, foi viabilizada a atuação do estoque regulador, mesmo sem a concordância da Costa do Marfim, e dos EUA que, respectivamente, ocupam as primeiras posições dos grupos de produtores e de consumidores de cacau.

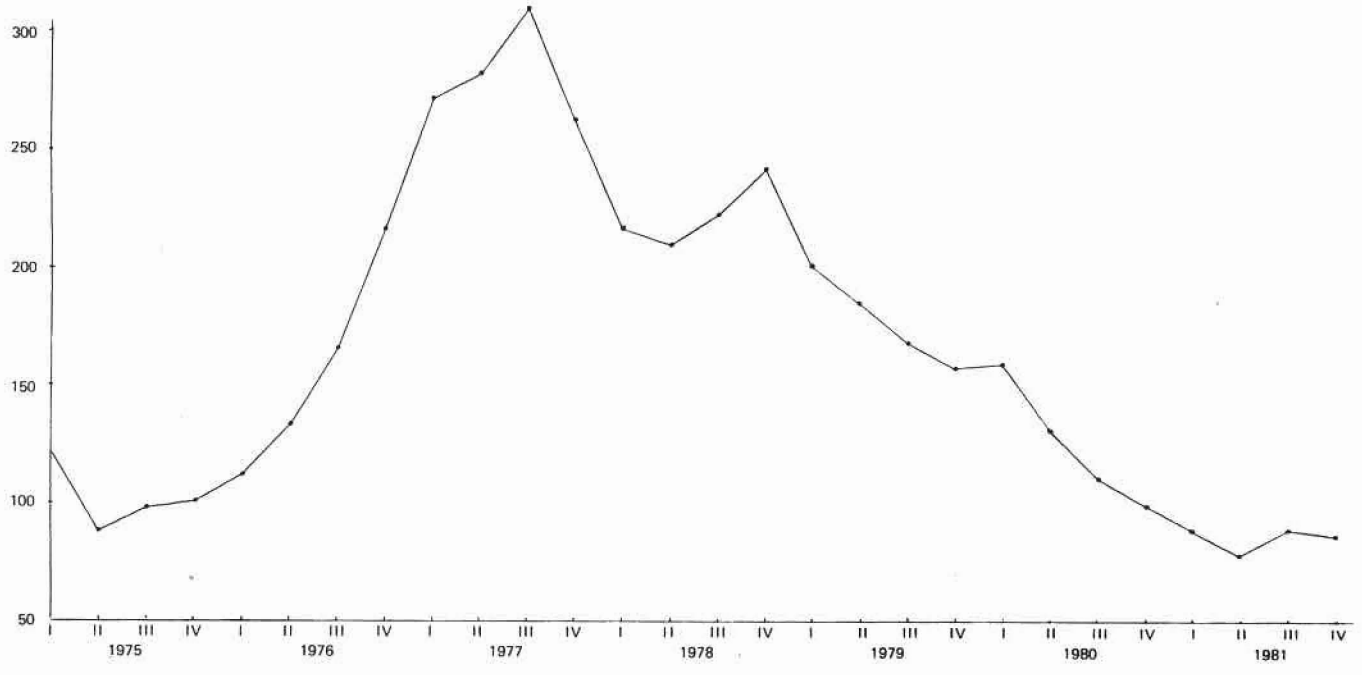
Neste contexto, as condições do mercado, em 1981, não foram benéficas, do ponto de vista dos países exportadores. O Brasil, por exemplo, exportou um volume total de 258

mil t de cacau e derivados – cerca de 8% a menos do que em 1980. A receita cambial, no entanto, caiu mais ainda. Foram arrecadados US$ 600 milhões, ou seja, 16% a menos do que em 1980, quando a receita foi de US$ 711 milhões. Estes números, contudo, não refletem a real gravidade da conjuntura que o mercado atravessa atualmente. A receita cambial brasileira declina, ano após ano, desde 1979, quando foi arrecadado o valor recorde de US$ 953 milhões. Os preços médios das exportações sofrem redução ainda mais prolongada. Em 1977, a tonelada de cacau em amêndoa foi vendida ao exterior ao preço médio de US$ 4.046,00. Em 1981, a média dos preços obtidos não superou os US$ 1.930/t.

Esta situação preocupante decorre do crônico excesso da oferta mundial do produto, fruto dos programas de expansão da lavoura efetuados por diversos países produtores, a partir de meados da década passada.

GRÁFICO 1

CACAU – Evolução das Cotações de Fechamento – 1º Futuro-NY (em US¢/lb-peso)
Valores Trimestrais – Corrigidos para US$ de 1981 – 1975-81



FONTE: Gill & Duffus.

O Brasil, que também promoveu significativa expansão da área do cacau, desde 1981 tem refreado os investimentos em novos plantios. No entanto, alguns dos principais países produtores, como Gana, Nigéria e a Costa do Marfim, recentemente anunciaram a pretensão de aumentar ainda mais suas plantações. Isto acontece numa conjuntura em que as sobras anuais de produção se acumulam a cada ano, forçando os países produtores a formar estoques volumosos que se perdem muitas vezes, por força das precárias condições de armazenagem, mas continuam a inflar as estatísticas internacionais.

A tendência declinante dos preços externos tem resultado em uma cotação também cadente do cacau comercializado internamente. Os preços recebidos pelo produtor baiano declinaram 10% em termos reais, ao longo de 1981. Em comparação com a média dos preços recebidos em 1977, o preço médio real recebido pelo cacauicultor baiano declinou 73% (ver Gráfico 2).

Em face da persistente queda da remuneração do produto, resta ao agricultor diminuir também as despesas de custeio, como forma de minimizar a redução de sua lucratividade. Assim, os tratos culturais vem sendo cada vez mais negligenciados. No entanto, a produção nacional não tem sofrido redução proporcional. Isto ocorre em razão da entrada em produção de cacauais novos, não só em regiões não tradicionais mas, também, na Bahia, além da própria característica da cultura, cuja produtividade não sofre reflexos negativos imediatos à suspensão de alguns tratos culturais. Em outras palavras, a queda da produção de determinada área, considerando-se um período de tempo relativamente curto, não é proporcional à economia de insumos e de tratos de que o produtor lança mão. Todavia, segundo alguns especialistas, a produtividade do cacau baiano poderá sofrer reduções importantes, já a partir do próximo ano internacional (outubro de 1982 a setembro de 1983), caso não sejam reintensificados os tratos da lavoura.

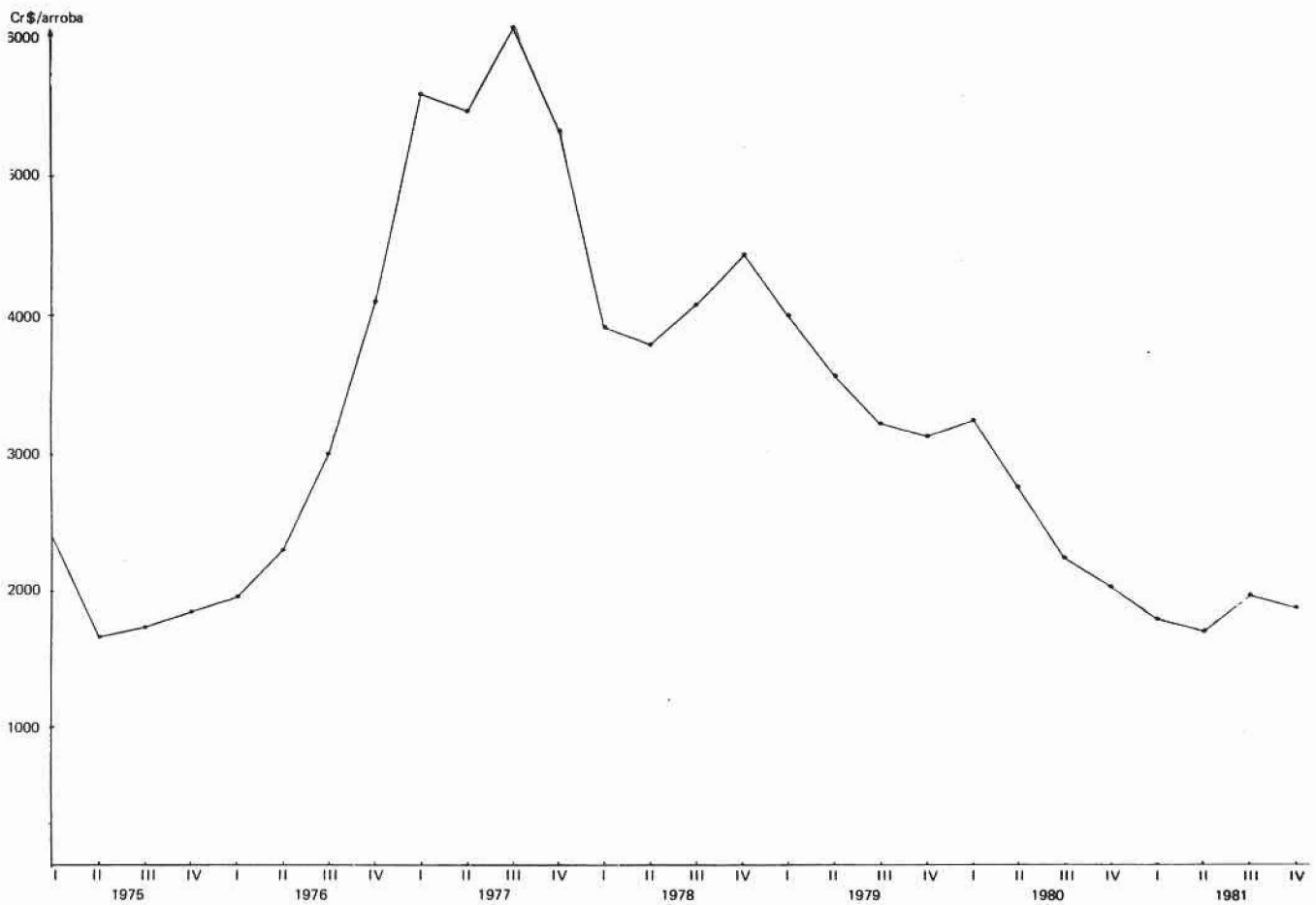
Segundo a corretora inglesa "Gill and Duffus", o Brasil colherá 345 mil t de amêndoas no ano-safra 1981/82 (outubro a setembro). Neste total, a Bahia contribuirá com aproximadamente 321 mil t, sendo 117 mil t referentes à safra principal, que se encerra em abril de 1982 e 204 mil t à safra temporã (maio a setembro de 1982).

A previsão da principal safra baiana aponta para uma redução de 27%, em comparação com a colheita de 1981, estimada em 159 mil t. Segundo informações da região produtora, esta diminuição decorreu basicamente das condições climáticas que vigoraram no período de desenvolvimento da safra. Em março de 1981, ocorreram fortes chuvas no sul da Bahia e inundações em alguns municípios, destruindo parte significativa das flores que, na época, surgiam. A partir de meados de julho de 1981, quando a produção parecia recuperar-se dos danos anteriores, sucedeu um período de seca de aproximadamente setenta dias.

Em relação à safra temporã, as condições climáticas estão radicalmente diferentes, até o momento. Desde dezembro de 1981, quando teoricamente se iniciou o desenvolvimento da safra, o clima tem-se mostrado francamente favorável à cultura. A única exceção, segundo informações do campo, era um pequeno retardo no desenvolvimento dos frutos das lavouras situadas no norte da região cacaueira baiana. Nas últimas semanas, no entanto, a regularidade das chuvas e as elevadas temperaturas registradas aceleraram o crescimento dos frutos. É provável que os primeiros cortes sejam realizados na segunda quinzena de abril e que a colheita propriamente dita, comece na primeira metade de maio. Isto permitirá que o volume de entregas seja significativo, já na primeira semana de junho. De negativo, cabe registrar o surgimento precoce, já em março, dos primeiros focos de podridão parda. Estes focos, que normalmente aparecem em abril, concentram-se no triângulo formado pelos municípios de Pau Brasil, Arataca e

GRÁFICO 2

CACAU – Preços Recebidos pelos Produtores (em Cr$/@)
Valores Médios Trimestrais – Corrigidos para Cr$ de 1981 – 1975 a 1981



FONTE: CEA/FGV.

Jucari, na Bahia, e, segundo informações da região, são ainda perfeitamente controláveis, trazendo pouca ameaça à safra.

Caso as condições climáticas permaneçam, como até agora, favoráveis ao desenvolvimento da cultura, a colheita da safra temporã poderá compensar a quebra verificada na safra principal. Neste caso, a produção baiana no período 1981/82 situar-se-á em nível próximo ao registrado em 1980/81, quando foram colhidas 333 mil t.

Em nível mundial, de acordo com as previsões divulgadas pelas principais fontes internacionais, o estoque acumulado deverá sofrer um novo aumento, em fins de 1981/82. A "Gill and Duffus", em seu boletim de janeiro último, prevê que a produção mundial deverá situar-se em 1,709 milhão de t e que o total de moagens atingirá 1,614 milhão de t (ver Quadro 1). Portanto, durante o ano internacional 1981/82, o excedente da produção em relação ao consumo estimado deverá ser de 95 mil t. Isto elevará o estoque acumulado para 698 mil t no final de 1981/82. Ou seja, no início do próximo ano internacional, o estoque remanescente significará 43% da quantidade consumida no período anterior.

Para se ter uma idéia do que isto significa, é preciso lembrar que o nível dos estoques, previsto para o fim da safra 1981/82, só foi superado pelas reservas acumuladas no pós-guerra, quando ocorreu uma seqüência de sete safras (1958/59 a 1964/65), em que a produção superou

QUADRO 1

CACAU – Evolução da Produção, do Consumo e dos Estoques Mundiais
1971/72 - 1981/82 (1.000 t)

	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82
Estoque inicial	569	621	402	323	416	385	271	362	388	510	591
Produção	1.567	1.383	1.434	1.532	1.495	1.326	1.488	1.468	1.600	1.637	1.710
Consumo	1.515	1.602	1.513	1.439	1.526	1.440	1.396	1.442	1.478	1.556	1.613
Estoques no final do período	621	402	323	416	385	271	362	388	510	591	688
% do estoque final em relação ao consumo do ano seguinte	39	27	23	27	27	20	25	26	33	37	41

Nota: Moagens no período 1982/83 estimadas em 1,7 milhão de t.
FONTE: Gill and Duffus – Cocoa Market Report.

anualmente o consumo mundial. Além disso, a atual relação estoque/consumo é a maior desde 1966/67 (ver Quadro 1).

É preciso lembrar, também, que uma parcela significativa do estoque acumulado não se encontra à disposição do mercado. Por exemplo, as 100 mil t adquiridas pelo estoque regulador não serão novamente comercializadas no médio prazo, a não ser para efeito de rotação de estoque. Outro exemplo que merece especial atenção é o grande volume de cacau retido em Gana. Em razão da infraestrutura deficiente de transportes, incompatível com sua capacidade de produção, uma parte ponderável da colheita desse país não consegue tradicionalmente chegar aos portos de embarque, permanecendo no interior. Atualmente, estima-se que Gana detenha um estoque de cerca de 150 mil t, as quais, embora computadas na avaliação do excedente mundial, não estão disponíveis para consumo a médio prazo.

Ainda em relação ao cacau ganense, um levantamento realizado recentemente pelas Forças Armadas do país indicou a existência de sérias divergências entre as declarações de compra das agências estatais e as aquisições efetivamente realizadas. Segundo este levantamento, cerca de 50 mil t de cacau que foram escrituradas na estação 1980/81, simplesmente não existem.

Outro aspecto não considerado na estimativa do estoque remanescente mundial, contribuindo para superdimensioná-lo, diz respeito à qualidade do cacau armazenado. Diversas fontes do mercado afirmam que boa parte do estoque de alguns países africanos, principalmente Gana, é de qualidade duvidosa, a ponto de comprometer o seu aproveitamento industrial.

Além dessas indicações sobre um possível superdimensionamento do estoque mundial, alguns analistas estrangeiros afirmam que a previsão de produção da "Gill and Duffus" para 1981/82 está exagerada. Esses analistas levantam divergências em relação às previsões das safras do Brasil, de Gana e da Costa do Marfim, afirmando que o excedente no final do ano internacional seria de 15 a 20 mil t e não de 95 mil t, como calcula a corretora.

De qualquer modo, a disponibilidade de cacau é, atualmente, elevada e os países produtores precisarão desenvolver um esforço conjunto a fim de impedir novas quedas de preço em 1982. Neste sentido, é de suma importância que cheguem a bom termo as negociações do empréstimo bancário que a Organização Internacional tenta obter para permitir novas aquisições do estoque regulador. A importância da operação não é tanto pela quantidade de cacau que viria a ser retirada do mercado, uma vez que reduziria o estoque mundial em apenas 30 mil t, elevando a quantidade total comprada pelo estoque regulador para 130 mil t. O revigoramento financeiro do estoque regulador é imprescindível, porém, em razão das diversas medidas paralelas de sustentação de preços que serão promovidas pelos países produtores, motivadas pela continuidade da atuação deste estoque.

A não-obtenção do empréstimo, ao contrário, significará praticamente a extinção do Acordo Internacional, visto que os recursos financeiros, hoje disponíveis, são praticamente nulos.

Em relação ao futuro imediato do mercado, é provável que as cotações internacionais apresentem, durante 1982, certa estabilidade ou, no máximo, declinem levemente. Isto, na hipótese de continuidade das operações do estoque regulador e da manutenção do ritmo atual de recuperação do consumo. Neste caso, a receita cambial brasileira poderá sofrer um leve aumento, em comparação com o resultado do ano passado. Supondo que sejam exportadas 350 mil t de cacau e derivados, a um preço médio entre US$ 2.000/t e US$ 2.200/t, o valor arrecadado estaria na faixa de US$ 700 a US$ 770 milhões.

No entanto, mesmo que o estoque regulador permaneça intervindo no mercado, uma questão permanece sem resposta. Até quando os países produtores, individualmente ou por intermédio da Organização Internacional, terão fôlego para im-

pedir que novas quedas de preço ocorram?

Prever com precisão este momento é impossível. No entanto, em vista do quadro estatístico do mercado e da debilidade da economia dos países produtores, esse momento não parece muito distante no tempo. Seria necessário, portanto, que os principais países produtores analisassem a possibilidade de promover reduções coordenadas de produção para as próximas estações. Do contrário, os fundamentos do mercado, a médio prazo, se farão sentir e os preços do cacau retomarão a trajetória baixista, interrompida nos últimos meses.

CAFÉ

Altas, até quando?

A tendência declinante, que há muito vigorava no mercado internacional de café, aparentemente cedeu lugar, desde junho último, a um processo moderado de elevação dos preços (ver Gráfico 1). Naturalmente, foram vários os fatores que provocaram esta reversão. Entre eles, merecem destaque a ocorrência de geadas no Brasil durante o último inverno e a efetividade do Acordo Internacional, renovado em setembro passado.

Até junho de 1981, quando se iniciou o período de altas em vigor, a tendência declinante era incontestável e se anunciava de duração prolongada. Isto porque, então, já se havia consolidado a previsão de um grande excesso de oferta, em 1981/82, provocado, em grande parte, pela recuperação da colheita brasileira. Além disso, previa-se que o estoque internacional, estimado em 41 milhões de sacas, em setembro de 1982, continuaria aumentando, em 1983 (ver Quadro 1). Em razão desses fatores e de crescentes divergências entre os países produtores, aumentava a descrença quanto à possibilidade de renovação do Acordo Internacional para o período 1981/82.

No mês de julho, porém, este panorama foi alterado substancialmente. Nos últimos dias do mês, geadas de grandes proporções atingiram quase que a totalidade das plantações brasileiras de café, comprometendo cerca de 50% da colheita prevista para o ano seguinte. O IBC, em tempo recorde, divulgou sua avaliação dos prejuízos. A colheita de 1982, antes prevista em 28 a 30 milhões de sacas, não ultrapassaria 15 milhões. O USDA, em procedimento diametralmente oposto, divulgou, de dez em dez dias, estimativas acerca dos danos em cada um dos estados atingidos.

Atualmente, depois de algumas reavaliações, o USDA estima que a produção brasileira de 1981/82 deverá situar-se entre 16 e 18 milhões de sacas. A respeito, cabe assinalar que o IBC adia indefinidamente a divulgação de sua reavaliação. Segundo informações de técnicos do IBC, os resultados da pesquisa realizada em novembro (última estimativa da safra 1980/81 e primeira previsão da colheita de 1982) não foram divulgados em razão de erros detectados na determinação da amostra da população cafeeira da Bahia (estado não atingido pela geada). No entanto, existe a suspeita de que a pesquisa tenha atingido resultados superiores aos já publicados. Segundo as mesmas fontes, a pesquisa realizada em novembro estimou a produção de 1981 em 35 milhões de sacas (32,1 milhões de sacas, conforme o levantamento anterior) e a de 1982, em torno de 18,5 milhões de sacas, ao invés dos 14,9 milhões previstos anteriormente. Segundo o USDA, as colheitas dessas duas estações seriam, respectivamente, de 32,5 milhões e de 16 a 18 milhões de sacas. Contudo, a polêmica, que agora se acirra, teve, até o momento, poucos reflexos sobre os preços.

O movimento altista, iniciado em julho de 1981, sofreu importante impulso com a renovação do Acordo Internacional, em setembro. Até dias antes da assinatura formal do pacto, diversos segmentos do mercado alimentavam dúvidas quanto à possibilidade de renovação ou, pelo menos, quanto à efetividade do acordo possível entre produtores e consumidores. A oposição de alguns países à renovação havia-se diluído bastante, em